

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**COMÉRCIO INTERNACIONAL E SUBDESENVOLVIMENTO:
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

EVERALDO I. LEVARTOSKI DE ARAÚJO

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

COMÉRCIO INTERNACIONAL E SUBDESENVOLVIMENTO:
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por Everaldo I. Levartoski de Araújo.

Orientador: Prof. Nildo Domingos Ouriques.

Área de Pesquisa: Economia Internacional


Palavras - Chaves: 1- Superexploração
 2- Dependência
 3- Centro-Periferia

Florianópolis, junho de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota.....ao aluno
..... na
disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Nildo Domingos Ouriques
Presidente



Prof. Gilberto Montbeller Filho
Membro



Prof. Marcos Valente
Membro

"Felizes os que variam da ignorância para a ciência, do erro para a verdade.

Afortunado o que, pecando um dia contra a verdade, ou contra a justiça, acorda, a tempo, do seu engano, e se retrata ainda utilmente do seu desvio.

Benditas as mudanças de opinião, quando se operam neste sentido. Elas não abalam a consideração pública a quem merecer. Antes recomendam à estima, ao respeito e à confiança de seus semelhantes o homem, que não se desdoire de as confessar, e sem rubor pratique a nobre ação de se desdizer abertamente, pondo a consciência acima do interesse, o dever acima da verdade, antes que o desacerto, circulando abonado com o prestígio de um nome autorizado, comece a produzir conseqüências malfazejas."

AGRADECIMENTOS

Aproveito esse trabalho, que simboliza o término do graduação em Ciências Economicas, para agradecer as pessoas que de alguma forma estiveram presentes e foram essências no decorrer dos últimos anos.

Agradeço, primeiramente, às capacidades físicas e intelectuais, que permitiu minha evolução enquanto estudante e sobretudo enquanto indivíduo social.

Agradeço à minha família, que embora ausentes fisicamente pela distância, contribuíram muito em minha formação através das experiências e apoio irrestrito. Devo agradecer, em especial ao meu irmão Clodoaldo I. L. de Araújo, pela cumplicidade do convívio direto ao longo de toda a vida.

Agradeço ainda ao meu orientador Nildo Ouriques, pela orientação em si e sobretudo pelas brilhantes aulas ministradas pelo mesmo, o que despertou o meu interesse na investigação científica.

Agradeço aos amigos que de alguma forma contribuíram com esse trabalho. Em especial aos amigos Richard Brasil Dias, Jaqueline Trajano e os economistas Caio Nôr Güttler e Gabriel Canto Gastaldon.

SUMÁRIO

RESUMO	6
1. INTRODUÇÃO	7
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	7
1.2. OBJETIVOS	15
1.2.1 OBJETIVO GERAL:	15
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	15
1.3. METODOLOGIA	15
2. DAVID RICARDO: CONSIDERAÇÕES E O CONTEXTO DE SUA TEORIA	17
3. A TEORIA DE PREBISCH: O PRIMEIRO PERÍODO DA CEPAL	33
4. MARINI E O DEBATE SOBRE A DEPENDÊNCIA	44
5. CONCLUSÃO	55
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo expor a evolução dos conceitos teóricos acerca do comércio internacional. Através do exame teórico das principais correntes de pensamento econômico, bem como de alguns importantes autores que trataram do tema, buscou-se evidenciar as peculiaridades de cada formulação, apontando os condicionantes históricos presentes nas diferentes concepções.

As contribuições de David Ricardo, através, principalmente, do desenvolvimento da teoria dos custos comparativos, representou uma evolução no pensamento econômico da época.

As contribuições de Ricardo ampliaram a possibilidade de novos avanços teóricos em relação ao comércio internacional, sendo a sua teoria alvo de inúmeras reparações. As mais críticas são proteladas pelo pensamento marxista, no entanto, a escola estruturalista, representadas pela CEPAL e mesmo os representantes da teoria neoclássica fizeram diversos apontamentos, revisando e ampliando suas formulações originais.

Raúl Prebisch, principal expoente das teorias desenvolvimentistas da CEPAL, trabalha em sua teoria a condição de subdesenvolvimento dos países periféricos, sua abordagem estabelece uma série de conceitos, apontando, no conjunto deles, as condições que acabam impedindo o desenvolvimento industrial na periferia do sistema capitalista. É, entretanto, segundo essa concepção, justamente a incapacidade do desenvolvimento pleno da indústria, o principal impedimento da superação das desigualdades sociais nos países latino-americanos.

Analisamos finalmente, representando a vertente marxista de pensamento econômico, a obra do brasileiro Ruy Mauro Marini, este autor estabelece como ponto de partida para sua análise o âmbito da produção, formulando e correlacionando uma série de conceitos, a partir dos quais conclui-se a existência de uma condição de superexploração dos trabalhadores nas economias dependentes da América-Latina. Essa superexploração funciona como um mecanismo de compensação das perdas auferidas no comércio entre os países periféricos e os de industrialização avançada.

Palavras Chave: Superexploração; Dependência; Comércio Internacional; Troca Desigual.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Especificação do Problema de Pesquisa

Os fluxos internacionais, reais e financeiros, têm assumido crescente importância em séries históricas de longo prazo, relativamente aos fluxos das atividades internas de produção e de geração de renda, devido à crescente especialização e diversidade das cadeias de trocas, que acabam exigindo fluxos de produtos e suprimentos mais complexos e intensos.

Entre os fatores determinantes na dinâmica das trocas internacionais, um dos mais importantes é a diversidade com que se apresentavam, nos diferentes países, os elementos que constituem o fator terra (o solo, o subsolo, a pluviosidade, o clima, a flora e a fauna). A essas condições naturais, somam-se as assimetrias caracterizadas pelas relações entre os fatores de produção, suas diversidades, qualificações e heranças culturais dos diferentes países.

As diferenças internacionais quanto aos fatores de produção estão mais fortemente associadas a fatores históricos e culturais do que a elementos territoriais. A relação estrutural presente nas condições de produção, que definem as intensidades com que o capital e o trabalho aplicam-se no processo produtivo é uma das mais importantes características que diferenciam as nações.

Historicamente, a predisposição para mudança, as bases político-institucionais, os desafios estratégicos e as diretrizes internas da política pública diferenciam-se fortemente de país para país. E, em um mesmo lugar, não se mantiveram com a mesma força impulsora o tempo todo. O desenvolvimento técnico e científico não se espalhou a todas as nações, nem seguiu com a mesma velocidade, em alguns lugares manifestou-se

tardiamente, em outros, limitou-se a uns poucos setores de ponta, gerando profundas dualidades tecnológicas dentro de um mesmo país.

As diferentes possibilidades de acumulação e conseqüentemente de aprimoramento das relações de produção, conduziram a assimetrias que se tornaram determinantes de maior peso na definição das redes internacionais de troca. Em anos mais recentes, as condições naturais perderam em importância para novos fatores determinantes de trocas entre as nações. E esses novos fatores são, todos eles, de alguma forma resultantes de diferenças nas estratégias nacionais de desenvolvimento, de heranças culturais diferenciadas e da diversidade de capacitações acumuladas.

O ponto de partida para as reflexões teóricas sobre a relação das trocas internacionais, coincidem com o da primeira corrente de pensamento econômico, o mercantilismo. Da hipótese mercantilista das vantagens unilaterais, a teoria básica evoluiu para a hipótese clássica dos benefícios recíprocos das diferentes vantagens absolutas e relativas reveladas pelas nações.

A versão da ortodoxia clássica, desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, passou por refinamentos e revisões desde o início do século XX, evoluindo desde então para evidenciar que as bases das vantagens competitivas das nações deslocavam-se progressivamente da diversidade dos recursos naturais para os atributos construídos. Paralelamente, correntes estruturalistas passaram a questionar as hipóteses básicas dos benefícios recíprocos, nas décadas de 1950 e 1960, sugerindo modelos de desenvolvimento substitutivos de importações, sob forte protecionismo.

As concepções de fortalecimento econômico e de fortuna nacional dos mercantilistas centravam-se na acumulação metalista; no colonialismo; no industrialismo protecionista; no controle das operações cambiais e no nacionalismo. Fortemente atrelado a esses cinco pontos, o comércio exterior foi considerado como instrumento básico para

alavancar os objetivos de fortalecimento dos estados, sob a convicção central de que as vantagens auferidas por um país através dos saldos positivos na balança de comércio representavam, necessariamente, desvantagens para outros países.

Cronologicamente, antes mesmo do estabelecimento dos ideais mercantilistas, o aspecto que merece ser referenciado é a idéia de fortalecimento do Estado, pois é a partir deste que se estabelecem perspectivas que objetivam a consolidação das vantagens absolutas através do comércio exterior.

Os benefícios advindos das trocas internacionais seriam assim unilaterais, implicando em uma relação de perdas e ganhos para os países envolvidos.

Esta abordagem fundamenta-se em sua concepção de riqueza, os mercantilistas ortodoxos acreditavam que os metais preciosos, lastros dos meios de pagamento da época, eram a expressão da fortuna nacional. A acumulação do ouro e da prata significava riqueza, poder e prosperidade.

A revisão das idéias do mercantilismo primitivo foi a base da hipótese dos benefícios recíprocos, em que se fundamentou a teoria clássica do comércio exterior. Em “A Riqueza das Nações”, Adam Smith lançou as bases da doutrina clássica das trocas internacionais, sintetizadas pelo binômio especialização-troca. Desde que determinada nação, atendendo a suas vocações naturais, a suas habilidades, seus recursos abundantes, possa produzir dado produto a custos comparativamente mais baixos que o de outras nações, ela deverá especializar-se em sua produção, trocando-o pelos produtos em que suas vantagens absolutas são inferiores. Esta é a base dos benefícios recíprocos, em oposição à teoria mercantilista tradicional. Para Smith o comércio exterior poderia ser mutuamente proveitoso para todos os países participantes – um instrumento para a expansão dos níveis da produção e para a extensão dos benefícios das trocas internacionais aos consumidores, pela resultante redução de custos e de preços finais.

Esse pensamento original foi aprofundado no início do século XIX por D. Ricardo e J. Stuart Mill, destacando que as vantagens mútuas das trocas internacionais não resultariam apenas de vantagens absolutas de custos, mas também nos casos em que ocorressem vantagens relativas. Segundo essa nova perspectiva, o comércio exterior seria vantajoso para os países envolvidos até mesmo nos casos em que um deles pudesse produzir internamente a custos mais baixos os dois produtos objeto das trocas, num caso hipotético de haver apenas dois produtos, desde que, em termos comparativos, as vantagens fossem relativamente diferentes. Os aspectos centrais da teoria de Ricardo serão expostos mais detalhadamente no decorrer do trabalho.

Conclusivamente, segundo a versão clássica das vantagens comparativas, o comércio exterior pode aumentar a eficiência com que os recursos disponíveis em cada país são empregados, conduzindo a benefícios de dupla direção, a renda de ambos poderão atingir níveis mais altos, comparativamente ao que obteriam se buscassem a auto-suficiência, sem especialização interna e sem trocas externas.

Embora as hipóteses clássicas das vantagens recíprocas tenham representado notável avanço teórico em relação às posições dos mercantilistas, seus pontos de sustentação foram alvo de severas críticas, desde a segunda metade do século XIX. Estas reparações no plano teórico estenderam-se até a primeira metade do século XX, quando novas considerações foram levantadas.

No campo das idéias liberais, ocorreram várias exposições teóricas, no entanto, as contribuições de Heckscher-Ohlin (H-O) notabilizaram-se por levar a outras reflexões sobre as causas e os efeitos das trocas externas, como sendo fruto da disparidade na dotação do fator terra, trabalho e capital, ampliando a hipótese clássica ao atribuir às dotações de todos os fatores e aos métodos de produção a ocorrência e a intensificação crescentes de redes internacionais de trocas. Esta abordagem dominou a teoria das trocas

externas durante toda a primeira metade do século XX e as novas contribuições do período foram derivações ou questionamentos de seus fundamentos, (H-O) reviu os fatores determinantes das trocas externas, abrindo o caminho de desenvolvimentos recentes centrados nas dotações dos fatores, baseados numa série pressupostos que precisam ser tomados como verdadeiros para que se possa ser utilizada como referencial teórico. Segundo essa teoria existem países mais capital-intensivos e países mais trabalho-intensivos, nestas condições, cada país exportará os produtos que utilizam os fatores mais abundantes em cada um, pois este é mais barato e abundante. Em contrapartida devem importar os demais produtos, que são mais raros e caros em seu país. Segundo esta teoria, a dotação dos fatores é que determina as vantagens comparativas entre as nações e a equalização dos preços, mantendo-se todas as hipóteses estabelecidas, viria a regular o nível de preços entre as nações, visto que a demanda, as técnicas e os custos seriam os mesmos, segundo as hipóteses pré concebidas. O comércio internacional viria a equilibrar as diferenças no processo produtivo.

Observando-se tais hipóteses, nota-se uma limitação nos diagnósticos apresentados pela teoria de Heckscher-Ohlin, pois esta é desenvolvida tomando como verdades aspectos que não se observavam e nem se observam, empiricamente.

Em meados do século XIX, especialmente em 1848, surge, através da figura de Karl Marx, uma corrente de pensamento essencialmente oposta aos ideais clássicos vigentes até então. Marx e Engels redigem o Manifesto Comunista, a pedido dos membros da "Liga Comunista" de Bruxelas.

No início da década de 1860, Marx escreveu três grossos volumes intitulados "Theorien über den Mehrwert" (Teorias da Mais-Valia), em que examinava criticamente o pensamento de seus antecessores na reflexão teórica sobre a economia política, particularmente Adam Smith e David Ricardo. Em 1867 Marx publica os primeiros

resultados de seu trabalho em “O Capital”, dedicado ao estudo do processo capitalista de produção. Nele, desenvolveu sua versão da teoria do Valor trabalho e suas concepções da Mais-Valia e da Exploração pertinente ao modo de produção capitalista. O segundo e o terceiro livros de “O Capital” foram publicados somente depois de sua morte, em 1883, por Engels.

Segundo essa teoria, as manufaturas progrediram gradualmente de 1500 em diante. Na Inglaterra uma revolução (1640 – 1689) banuiu as formas políticas feudais e o capitalismo avançou. As relações capitalistas de produção juntam-se à nova manufatura. Marx fazia distinção entre dois períodos essencialmente diferentes da história econômica: o período da manufatura propriamente dito, baseado na divisão do trabalho manual, e o período da indústria moderna, baseado na maquinaria. No primeiro período, o capitalista juntava artesãos debaixo de um mesmo teto, fornecia matéria-prima, pagava salários e vendia o produto; já no período da indústria mecanizada, as principais forças produtivas são as fábricas mecanizadas, com cada vez menos trabalhadores.

Essa transição, denominada Revolução Industrial, no século XVII, à medida que desenvolve as máquinas, especialmente as máquinas à vapor, revoluciona as relações de produção, que constituem o alicerce da economia burguesa. Um século depois, por volta de 1825, a indústria mecanizada já atingira uma certa maturidade e inicia-se o ciclo financeiro. A produção começa a ultrapassar o consumo, dando início às crises econômicas.

De modo simplificado, pelo fato de não se constituir um objetivo, neste momento, a análise da imensa obra de Marx, a crise do sistema capitalista se daria à medida que os capitalistas, que são os detentores dos meios de produção, fossem acumulando riqueza, se apropriando do excedente do trabalho de seus funcionários, ou seja, a Mais-Valia, gerando uma excessiva concentração de renda nas mãos de uma minoria. Esse mecanismo ainda se

torna mais perverso quando consideramos a condição dos trabalhadores, pois essa concentração é aplicada nos melhoramentos das maquinarias utilizadas na produção, constituindo-se uma ameaça efetiva ao seu emprego.

Os desempregados, que se aglomeram nas cidades, acabam formando um exército de mão-de-obra de reserva, que serviria para inibir os operários e empregados, que ainda trabalham, a lutarem por melhorias e direitos.

Os que não detêm os meios de produção, ou seja, a grande maioria da população, fica à mercê dos interesses dos capitalistas. Ora, estes querem sempre obter mais lucros e garantir seu poder e padrão de vida, sendo assim, tentam minimizar as despesas com pessoal e manter o controle sobre o pensamento político ideológico.

Analisaremos, finalmente, neste trabalho, com vistas a estudar a evolução dos conceitos teóricos acerca das trocas internacionais, ainda que não cronologicamente, por motivos metodológicos, a teoria da dependência, expressa no livro de Rui Mauro Marini denominado “A Dialética da Dependência”, no qual o autor, através de uma metodologia puramente marxista, expõe os problemas relacionados à transferência de valores nas relações comerciais entre os países centrais e os países dependentes da América Latina e, em especial, o Brasil, levando a análise, como Marx, à esfera da produção, estabelecendo uma série de conceitos que procuram justificar a posição dependente e de reprodução dessa dependência em tais países.

Já no século XX, a partir da década de 1950, retomando o pensamento clássico e com ênfase ainda maior nos anos 60 e 70, tanto as causas centrais das trocas externas, quanto à crença nos benefícios recíprocos foram alvos de reconsiderações críticas.

Uma revisão contundente dos pressupostos clássicos foi a da corrente estruturalista, originalmente formulada por R. Prebisch em 1949, diante da evidência de que os ganhos do comércio exterior não se dividiam igualmente entre os países industrializados de alta

renda, exportadores de manufaturados, e os países de baixa renda. Os exportadores de matérias-primas, evidenciavam a deterioração das relações de troca entre o “centro” e a “periferia” – entre os países produtores de bens primários e os países produtores de manufaturas de alto valor adicionado. A divisão internacional do trabalho teria levado à cristalização de estruturas de produção diferenciadas, em detrimento daqueles países cujo produto de exportação enfrentam uma procura internacional menos dinâmica.

A corrente estruturalista foi além da crítica teórica, propôs um conjunto de reações estratégicas dos países atingidos pela deterioração das relações externas de troca, principalmente na figura de Prebisch. As propostas centravam-se no progresso técnico e da industrialização dos países de desenvolvimento retardado. Movimentos dinâmicos da economia, rumo ao desenvolvimento, seriam induzidos por diferentes padrões de reações estratégicas, pela substituição de importações e industrialização efetiva.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral:

Analisar a evolução dos conceitos teóricos relacionados ao comércio internacional, desde o mercantilismo, passando pelos pressupostos clássicos, estruturalistas e as concepções marxistas acerca do comércio exterior.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Discutir e analisar a evolução teórica do comércio internacional;
- Levantar e discutir as especificidades históricas relacionadas às diferentes concepções teóricas nos diferentes momentos de sua efetivação;
- Verificar os mecanismos de reprodução de assimetrias econômicas de um país de industrialização retardada no mercado mundial.

1.3. METODOLOGIA

Para tentar entender os condicionantes da dinâmica do comércio internacional, partiremos de uma revisão teórica acerca das diferentes concepções existentes, desde a mercantilista do século XVI e XVII, passando pelos clássicos, no século XIX, os estruturalistas, já no século XX, e as concepções de autores marxistas, que buscam alternativas e diagnósticos para melhor explicar os desequilíbrios do sistema capitalista de produção.

O comércio exterior hoje é tido pelo governo e de uma certa forma colocado pelas concepções neoliberais dominantes, como algo inevitável e com benefícios inquestionáveis aos países participantes, forçando-os a adequarem seu aparato produtivo voltado ao mercado externo. A globalização, ao contrário do que se pensa, não é algo novo no cenário mundial, por isso a importância de se estudar as especificidades das teorias que legitimam ideologicamente as trocas internacionais, num momento onde nota-se facilmente as disparidades dos ganhos entre as nações.

A ciência encaminha-se à verdade, tendo as “leis” como seu universo, já a ideologia fundamenta-se em valores e como tais, estão ligados a grupos de interesse. O perigo da ideologia é que esta se apresenta sobre a roupagem da ciência, tentando justificar seus interesses através das verdades estabelecidas cientificamente.

Através do estudo da evolução teórica acerca do comércio internacional, será possível identificar as inconsistências existentes no momento em que se observa a imposição de um poder ideológico, que acaba por defender e estabelecer como verdade, sob a roupagem da ciência, os interesses de partes específicas da sociedade.

2. DAVID RICARDO: CONSIDERAÇÕES E O CONTEXTO DE SUA TEORIA

O controle estatal da indústria e do comércio interno, na Inglaterra, teve um objetivo limitado e uma vida relativamente curta. Desapareceu depois da Revolução de Cromwell. No fim do século XVIII os homens de negócios possuíam uma liberdade quase ilimitada na escolha de seu campo de atividade e a maneira com a praticavam. A filosofia do individualismo penetrou nas classes intelectuais e começou a influenciar tanto os estadistas quanto os líderes da indústria. (SALVATORE, 1978).

A partir deste momento, os controles do mercantilismo afetavam principalmente o comércio externo do país e embora tenha havido tentativas no sentido de um relaxamento das restrições, durante o longo intervalo de guerras com a França, de 1793 a 1815, tornou-se impossível um progresso adicional nessa direção.

Entretanto, durante esses anos de guerra, a expansão e a mecanização das novas indústrias inglesas de algodão, ferro, aço, carvão e mecânica continuaram rapidamente, enquanto no continente europeu a guerra retardou o desenvolvimento neste sentido. Portanto, ao fim do conflito militar, as principais indústrias da Grã-Bretanha possuíam uma posição indisputável. Nenhuma outra nação estava em condições de lhe oferecer concorrência efetiva. Por outro lado, o fim da guerra trouxe um colapso no mercado, já não havia mais vazão ao aço, aos uniformes, cobertores, etc. A Europa não estava mais em condições de comprar os produtos ingleses.

A preocupação com o mercado, portanto, provocou um reforço na motivação em favor de um comércio mais livre por parte dos negociantes e industriais. A preocupação voltou-se à obtenção de novos mercados consumidores para os produtos ingleses.

A hipótese das “vantagens absolutas”, definidas pelos mercantilistas, eram atacadas de vários lados. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento dessas concepções

liberais estavam preparando terreno para um ataque às políticas mercantilistas de comércio exterior, começa-se então a afiar e aprimorar as armas intelectuais para esse ataque. Adam Smith ressaltou os absurdos das restrições mercantilistas e declarou as bases para o argumento do comércio livre, quando mostrou que o comércio entre as nações permite que cada uma aumente sua riqueza – no sentido de renda real – por tirar vantagem do princípio sobre o qual repousa todo o incremento de riqueza, na concepção do autor: a divisão do trabalho.

Coube a David Ricardo o aprimoramento sobre as bases do comércio internacional, marcando um avanço real no arcabouço teórico através da doutrina dos custos comparativos, que passaremos a analisar em seguida.

David Ricardo, ao lado de Adam Smith, foram os principais representantes da escola clássica de Economia Política, pela abrangência de sua teoria nos pontos fundamentais dessa ciência. “Quase não há problema teórico atualmente debatido pelos economistas, como o da teoria do valor, da repartição da renda, do comércio internacional, do sistema monetário, que não tenha como ponto de partida as formulações expostas, no começo do século passado, por David Ricardo.” (PAUL SINGER, 1982, p.7)

A economia política, conforme Paul Singer:

“ se originou e desenvolveu tendo por objetivo as sociedades de classe, em que se contrapõe não somente os interesses econômicos das diferentes classes mas também e sobretudo o modo de cada um encarar a realidade social e econômica. Nessas condições, os problemas fundamentais de que trata essa ciência não tem solução unívoca, dada pela dedução lógica ou pela comprovação empírica. Cada problema é resolvido de várias maneiras, correspondentes a diferentes concepções globais da história de classes sociais que fundamentam projetos alternativos de organização sócio-econômica.”(PAUL SINGER, 1982, p.7)

Ricardo presenciou em vida uma série de movimentos em favor do estabelecimento de governos representativos e constitucionais, incluindo as duas mais importantes revoluções da época moderna, a Revolução Industrial na Grã-Bretanha e a Revolução Francesa, fazendo frente à dominação estrangeira e ao absolutismo. Segundo PAUL SINGER (1982, p.23) a Revolução Francesa, em especial, inspirou movimentos como o “dezembrista” na Rússia, a Revolução do Porto em Portugal, bem como outros na Espanha e na Grécia, além de inspirar os movimentos de independência nacional nos países da América Latina.

No campo político a Revolução Francesa transforma o liberalismo de mera doutrina político-filosófica numa força política real, lançando as bases para a liberdade individual e a formação do Estado francês, consolidando a imposição dos ideais burgueses.

A Revolução Industrial, no campo econômico, fez surgir a fábrica, a produção em larga escala mediante o uso de máquinas movidas a vapor. A produtividade do trabalho deixou de depender da habilidade e destreza do artesão e passou a crescer em função do aperfeiçoamento de instrumentos mecânicos de produção. Libertou-se, então, da dependência da madeira como material de produção e como combustível, da água, dos animais como fonte de energia, da destreza e da habilidade humana para o alcance de seus objetivos e processos, aos quais ficara sujeita por milhares de anos. O carvão, o ferro e a máquina substituíram estes recursos, menos seguros e menos precisos, e deram início a um século de crescimento e progresso industrial, que fez com que os períodos anteriores de expansão parecessem estagnantes. Na verdade a Revolução Industrial tinha se concentrado na indústria de tecidos de algodão, cuja importância era enorme na Inglaterra.

A Revolução Industrial foi tão significativa na esfera econômica e social quanto no aspecto técnico. A obrigatoriedade em se estabelecer a nova maquinaria e métodos industriais significou o agrupamento, sob um mesmo teto, de centenas de operários e o

desenvolvimento de um sistema fabril que tolerava poucos desvios de uma norma padrão, seja em matéria de horários, de práticas de oficina ou de qualidade de desempenho. Paradoxalmente, as modificações industriais tornariam os indivíduos o mais livres possível, desde que pertencessem às classes dirigentes e gerenciais. Impuseram uma férrea conformidade de comportamento à grande massa de operários.

No período de um século, a maioria dos homens que ganhavam a vida produzindo objetos deixou de trabalhar em suas próprias casas, nas horas em que eles mesmos estabeleciam, e freqüentemente com suas próprias ferramentas, passando a cruzar os portões das fábricas numa hora determinada, a tomar seus lugares perante máquinas dispendiosas, em cuja propriedade não tinham qualquer participação, e a trabalhar por um período, forma e velocidade determinada pelas condições estipuladas pela máquina.

“A demanda derivada do algodão - por mais construções e todas as atividades envolvidas na indústria, por mais e melhores máquinas, por melhoramentos químicos, iluminação industrial, transportes e outras atividades - é por si suficiente para justificar uma ampla proporção do crescimento econômico na Grã-Bretanha (...) a expansão da indústria algodoeira foi tão vasta e seu peso no comércio externo da Gra-Bretanha tão grande, que ela dominou os movimentos da economia inteira. (...). Manufaturas de algodão formavam de 40 a 50% de todas as exportações britânicas entre 1816 e 1848. Se o algodão florescia, a economia florescia, se ele caía, o mesmo acontecia à economia”. (HOBSBAWM, *Apud*. SINGER. In: RICARDO, 1982, p. XI)

Houve também, nesse período, uma revolução na agricultura, através da transformação de áreas de uso comum em propriedades privadas, que proporcionou um aperfeiçoamento das práticas agrícolas, aperfeiçoamento este que fez com que a Grã-Bretanha pudesse alimentar sua crescente população urbana, apesar de significar uma tragédia para os camponeses expropriados. Essas duas revoluções acabaram eliminando as classes pré-capitalistas, transformando os camponeses e artesãos em trabalhadores assalariados.

A exposição da teoria de Ricardo não constitui uma tarefa fácil, sobretudo devido à diversidade dos temas debatidos pelo autor. Neste trabalho, serão examinados os pontos relacionados ao comércio exterior, o qual obrigará, necessariamente, à análise das acepções teóricas do autor sobre a teoria do valor, bem como os outros conceitos trabalhados por ele, como a relação entre o lucro e os salários, os impostos, as conseqüências da implantação de maquinarias e outros aspectos relevantes acerca da economia internacional.

O primeiro conceito que merece ser estudado na teoria de Ricardo é a sua Teoria do Valor, nela o autor desenvolve com muita acuidade a teoria do valor-trabalho, como sendo uma teoria objetiva de valor, que deriva da concepção de Adam Smith, que, no entanto, como observa Ricardo, sofria de algumas ambigüidades.

Ricardo escreveu: “de nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião, nesta ciência, quanto das idéias confusas que estão associadas à palavra valor” (RICARDO, 1982, p. 44). E é, essencialmente, sobre esse termo a divergência de opinião entre Ricardo e Smith.

Smith desenvolve sua teoria considerando que a palavra valor tem dois significados, podendo expressar a utilidade de um objeto, portanto o seu “valor de uso”, e em outras ocasiões significando o poder de compra de outros bens, representando o seu “valor de troca”. Possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las. É considerando esse segundo aspecto que nos referiremos na observação do valor relativo das mercadorias.

Segundo Ricardo, Adam Smith definiu com exatidão o valor de troca das mercadorias, sustentando que todas as coisas se tornam menos ou mais valiosas devido à proporção do trabalho empregado para produzi-las. Como medida padrão, ele se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho, mas não à quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto, mas a quantidade que este pode comprar no mercado, como se ambas fossem equivalentes, e como se, em determinada situação em que um homem torne o seu trabalho mais eficiente, digamos que ele agora produza o dobro do que produzia, deveria, em conseqüência, receber o dobro da quantia que recebia antes. Isso não é verdadeiro para Ricardo, pois o “valor de troca”, ou o preço de mercado de uma mercadoria não pode ser confundido com o seu valor, pois está sujeito a inúmeras alterações, não servindo, dessa forma, como medida universal, onde se pode verificar a variação no preço das demais coisas. Em meio a esse impasse, Ricardo define o valor dessa forma:

“O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho”. (RICARDO, 1982, p. 43)

O ouro e a prata, assim como o trigo e todas as outras mercadorias, estão sujeitos a flutuações, resultantes da descoberta de minas novas e mais abundantes, ou dos rendimentos decrescentes destas, no caso do ouro ou da prata. Da mesma forma que pode haver um aperfeiçoamento da agricultura, na maquinaria e nos implementos utilizados no cultivo do trigo. Conclui-se, dessa forma, que a melhor medida de valor é a que expressa a quantidade de trabalho necessária à produção das mercadorias. Dois produtos serão trocados quando tiverem, intrinsecamente, a mesma quantidade de trabalho incorporada.

No primeiro capítulo dos “Princípios de Economia Política e Tributação”, RICARDO (1982) assume, e isto talvez seja um dos pontos mais notáveis de sua teoria, por ter sido objeto de inúmeras análises, que pode haver produtos com o mesmo trabalho empregado e com valores não correspondentes, devido à circunstâncias diferentes de composição de capital fixo. É, sobretudo, a partir da constatação deste ponto que se desenvolverão as críticas estruturalistas da CEPAL, bem como as de cunho marxista que serão expostas no decorrer deste trabalho.

Neste momento, deve ficar claro que a concepção de valor de Ricardo difere da de preço. Se, por algum motivo, como, por exemplo, um melhoramento na maquinaria, nas ferramentas, nas edificações e na obtenção de matérias prima se poupa trabalho, permitindo-nos produzir mais facilmente a mercadoria à qual se aplicou a melhoria, ela terá seu valor reduzido em virtude da redução de trabalho nela incorporado. No entanto, em outro caso, em que tais melhoramentos não signifiquem redução do trabalho empregado, seu valor não se modificará. O mesmo não se pode afirmar em relação ao seu preço.

Se, por um melhoramento na maquinaria o mesmo trabalhador produz o dobro do que produzia antes desse melhoramento, com mesma quantidade de trabalho, o valor total da mercadoria não se alterará, porém seu preço se reduzirá à metade, mantendo-se constante os volumes de oferta e demanda do produto em questão.

Definido o conceito de valor, sem o qual não se faz possível sequer a compreensão do modelo teórico desse autor, passemos a analisar mais de perto as concepções acerca da teoria das vantagens comparativas, ou dos benefícios recíprocos, como alguns denominam.

“Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra” (RICARDO, 1982, p. 104)

Ricardo inicia sua explanação sobre comércio exterior afirmando que nenhuma nação aumentará imediatamente o montante de valor em decorrência da ampliação do comércio exterior, tendo por fundamento, exatamente, a distinção entre o valor e o preço das mercadorias. Um aumento no total dos produtos trocados pelos produtos ingleses, aumentará a satisfação dos consumidores pela abundância dos mesmos ou pela possibilidade de se adquirir outros produtos em decorrência do barateamento dos produtos importados.

Ricardo aponta que nos setores onde há uma taxa de lucro superior à taxa geral, que é obtida no mercado concorrencial, haverá um fluxo de investimento de outras atividades para as atividades mais lucrativas, dentro de um mesmo país. Estabelece também, outra distinção em relação ao senso comum na época. Acreditava-se que com a saída de capitais, por exemplo, da produção de chapéus e sapatos, o preço desses produtos aumentaria, aumentando conjuntamente, a taxa geral de lucros, mantendo-se constantes a oferta e a demanda.

Ricardo dizia que os lucros de diferentes atividades tendem a nivelar-se, a avançar e ou retroceder conjuntamente, a divergência consiste no fato de que ao invés de haver uma elevação geral dos lucros, ele sustenta que os lucros do setor favorecido baixarão até o nível geral.

“Ao mesmo tempo que o capital for liberado da produção de sapatos, chapéus, etc., maior quantidade dele deverá ser empregado na fabricação das mercadorias com as quais os produtos estrangeiros serão comprados, em todos os casos, a demanda conjunta de mercadorias estrangeiras e nacionais será limitada, no que se refere a valor, pelo rendimento e pelo capital do país, se uma aumentar, a outra deverá diminuir”.(RICARDO, 1982, p.102)

Para Ricardo existem duas formas de se acumular capital, no sentido de poupá-lo para um investimento futuro, este seria em consequência de um aumento nos rendimentos, ou, (o que daria no mesmo resultado em relação à poupança), se houvesse uma redução do valor das mercadorias que se emprega esse rendimento em função da introdução de maquinarias, ou havendo redução, propriamente dita, do consumo.

Ricardo trabalha em sua teoria, como referido anteriormente, que o capital, dentro de um mesmo país, migra das atividades menos lucrativas para as mais rentáveis, no entanto, observa que não há essa mobilidade de capital entre as nações, devido à relutância em se adequar a novas normas de atividade.

“A experiência, entretanto, mostra que a segurança imaginária ou real do capital, quando não está sob o imediato controle de seu proprietário, juntamente com a natural falta de inclinação que qualquer homem tem de abandonar o país de seu berço e parentes, e entregar-se, com todos os seus hábitos fixos, a um governo estranho e a novas leis, controla a emigração do capital. Estes sentimentos, que me seria penoso ver enfraquecidos, induzem a maioria dos homens de propriedade a ficarem satisfeitos com uma taxa baixa de lucros em seu próprio país, ao invés de procurarem uma aplicação mais vantajosa para sua riqueza em países estrangeiros” (RICARDO, 1982, p. 105)

O autor mostra, ao longo da obra, que a taxa de lucros só pode se elevar por uma redução dos salários, e que estes só baixarão se houver uma queda no preço dos gêneros de primeira necessidade, aos quais os salários são gastos. Se por uma ampliação do comércio ou devido a melhoramentos nas maquinarias, os alimentos e os bens de primeira necessidade puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão, o mesmo acontece se houver uma fonte de abastecimento externo desses produtos a preços mais baixos do que se fossem produzidos internamente, nestas circunstâncias os salários diminuirão, aumentando, conseqüentemente a taxa de lucro.

“O comércio exterior, portanto, embora altamente benéfico para um país, na medida em que eleva o montante e a diversidade dos objetos nos quais o rendimento pode ser gasto, e na medida em que, pela abundância e barateamento das mercadorias, incentiva à poupança e a acumulação de capital, não tem nenhuma tendência para elevar os lucros do capital, a menos que as mercadorias importadas correspondam àquelas nas quais os salários são gastos.” (RICARDO, 1982, p. 103)

Esse mecanismo foi, essencialmente, muito vantajoso no desenvolvimento inglês, à medida que liberava os capitais para o investimento na indústria. Sobre esse aspecto Ricardo observa, muito oportunamente, a vantagem de se buscar adquirir esses bens de primeiras necessidades, a preços reduzidos, pelos motivos descritos acima, ou seja: diminuir os salários para aumentar a taxa de lucro, considerando ainda o desprendimento do capital inglês dessas atividades primárias, rumo à industrialização. “se as mercadorias obtidas a um preço mais abaixo, pela ampliação do comércio exterior ou pelos aperfeiçoamentos da maquinaria, forem artigos consumidos exclusivamente pelos ricos, nenhuma alteração ocorrerá na taxa de lucro” (RICARDO, 1982, p. 103)

Afirma que mesmo havendo uma queda de 50% no preço de produtos de luxo como o vinho, o veludo, a seda e outras mercadorias muito caras, a taxa de salários e os lucros não seriam afetados, pois, o consumo dessas mercadorias, não interferem na determinação do salário do trabalhador. Estabelece-se, intrinsecamente, e nas bases da teoria de livre-comércio, a posição estratégica e privilegiada do capital industrial inglês, exportando produtos industriais a um grande número de países e importando aqueles produtos que possibilitem a redução do valor do salário do trabalhador, aumentando, dessa forma, sua taxa de lucro, que vai fortalecendo, gradativamente, ainda mais suas bases produtivas.

Outro ponto a ser considerado, é o efeito da introdução de maquinarias na produção, nos rendimentos e a maneira que isso afeta a classe trabalhadora. Ricardo sustenta que através da introdução de maquinaria haverá um aumento nos rendimentos líquidos dos capitalistas em relação à quantidade produzida e, conseqüentemente, uma redução da produção bruta; se, com a utilização de máquinas, for possível obter a mesma ou uma maior taxa de lucros do que obtinha anteriormente, não importará ao capitalista se a produção bruta diminui 10, 20 ou 50%. No entanto, a mesma causa que pode aumentar os rendimentos líquidos do país, pode, ao mesmo tempo, tornar a população excedente e deteriorar a condição de vida dos trabalhadores. A menos que, numa hipótese de Ricardo, devido ao fato da poupança derivar da eficiência dos rendimentos líquidos, aliado ao fato de que nessa situação os preços baixarão, haverá maiores condições de se converter rendimento em capital, o que retomará o ritmo de contratações de novos trabalhadores, ou a recontração, possivelmente em outros setores econômicos, dos trabalhadores dispensados anteriormente. “a descoberta e a aplicação útil da maquinaria sempre resultam no aumento da produto líquido do país, embora pareça não ser possível – e seguramente não o será após um intervalo considerável – aumentar o valor desse produto líquido.”(RICARDO, 1982, p. 264)

Todo aumento de capital e de população acarreta num aumento no preço dos alimentos, pois sua produção será mais difícil, o que levará a um aumento nos salários. As máquinas e o trabalhador metem-se em constante competição e o que podemos supor diante desse quadro, é que as primeiras serão sempre preferíveis em relação à contratação de trabalhadores.

Ricardo argumenta que nos países onde é mais fácil a produção de alimentos, não existe um estímulo tão grande ao uso de maquinaria como na Inglaterra, onde a alimentação é cara, e custa muito trabalho produzi-la. Está embutido nessa idéia a concepção das vantagens comparativas de custo, no entanto, como os melhoramentos na produção, através da implantação de maquinarias não significaram uma redução nos preços dos produtos industriais, essa condição expressa-se em desvantagem aos países não avançados no processo de industrialização e de fato, como dito anteriormente, acabam contribuindo para a elevação da taxa de lucro dos países industriais, à medida que contribuem, ao fornecer os alimentos a baixo custo, para a redução do salário dos trabalhadores.

Outro fator a favor da ampliação das máquinas no processo de produção é o fato de que as causas que aumentam o valor do trabalho não aumentam o valor das máquinas, por isso a tendência em se aplicar, gradativamente, maior quantidade de capital em maquinarias. “Com o aumento do capital a demanda de trabalho aumentará mas não na mesma proporção desse aumento: a taxa será necessariamente decrescente.”(RICARDO, 1982, p. 266)

Ricardo defende a utilização de maquinarias alegando que se não for permitido ao capital obter maior rendimento líquido que o emprego de máquinas possibilita, ele será transferido para o exterior, uma vez que sendo ele aplicado no país, gerará uma demanda por trabalho. As máquinas não funcionam sozinhas e é necessário o trabalho para produzi-las.

Imaginemos, com base nos exemplos utilizados pelo autor (tecido produzido na Inglaterra e vinho em Portugal), que a Inglaterra comece a produzir também o vinho. Uma parcela do capital seria desviada do comércio exterior para o interno e o país deixaria de produzir para exportação. Nenhuma alteração, entretanto, ocorre em Portugal, que continuará importando o tecido durante algum tempo, mas a contrapartida de Portugal seria dada em dinheiro e não mais em vinho. Isso geraria uma acumulação de dinheiro na Inglaterra, o que acabaria por afetar os preços nesse país, até o ponto em que o comércio exterior deixaria de ser lucrativo. “Se houver maior dificuldade na produção de tecidos, na Inglaterra, ou na produção de vinho, em Portugal, ou maior facilidade na produção de vinho na Inglaterra, ou maior facilidade na produção de tecidos em Portugal, o comércio cessará imediatamente.” (RICARDO, 1982, p. 107). Devido à elevação no valor do dinheiro em um país e desvalorização no outro.

Na teoria de Ricardo, o trabalho em cada país é considerado como uma medida invariável de valor, diferente entre os países somente no tocante à produtividade. Todavia, a força de trabalho de qualquer país consiste na união de muitos grupos diferentes de mão-de-obra, esta pode ser técnica, especializada, semi-especializada e não-especializada, para mencionar uma classificação comum. Estas distintas categorias de mão-de-obra, também são remuneradas diferentemente.

A existência dessas diferentes categorias, não afetaria a teoria do comércio internacional se, em cada país, a escala de salários fosse a mesma. Mas se, por exemplo, os salários da mão-de-obra não-especializada fossem mais baixos em um país, pela abundância da mesma, esse país produziria alguma mercadoria a um custo mais baixo que seus competidores. O mesmo seria válido se qualquer categoria de trabalhadores fosse remunerada anormalmente abaixo. Dito de outra forma, salários anormalmente baixos, para um determinado tipo de mão-de-obra, agem como um substituto para a vantagem comparativa real.

Os críticos dessa concepção de valor, afirmam que o princípio dos custos comparativos, há mais de um século, tem sido muito útil como instrumento de análise, podendo aplicá-lo a um grande número de problemas. Possui, entretanto, uma limitação ao basear-se, exclusivamente, na teoria do valor, sendo este expresso em termos de um único fator: o trabalho. Há inúmeros outros fatores na produção e mesmo o trabalho não é um fator único e homogêneo. A teoria não explica por que os custos são mais baixos ou o trabalho mais eficiente em um país do que em outro. Quando tentamos essa explicação, somos levados a considerar a existência de outros recursos, como o uso de maquinaria elaborada, ou a presença de talentos administrativos mais abundantes e eficientes.

Há, na própria teoria, alguns aspectos que levam a esse raciocínio. Ricardo reconhece que um produto de um país pode valer mais que o produto fabricado num segundo país, devido à existência de várias possibilidades de combinações de capital fixo e circulante na composição do capital.

Devemos observar também que os economistas clássicos, onde David Ricardo ocupa posição de destaque, estavam mais interessados em mostrar os ganhos do comércio internacional. A teoria era muito adequada para mostrar os efeitos do comércio sobre o bem-estar, sobretudo na Inglaterra, pela posição histórica em que se encontrava no contexto da economia mundial. O Laissez-faire e o livre comércio aspiravam o controle dos mercados globais, sendo, ambos, utilizados pela Inglaterra na competição com os impérios Português e Espanhol, bem como na luta anti-colonialista do tipo capitalista, que objetivava, em última instância, a ampliação do mercado consumidor de produtos industriais ingleses.

Quando se pretende elucidar as relações entre as trocas internacionais, o estudo da obra de Ricardo constitui importância fundamental. Os conceitos definidos por esse autor, especialmente o de “livre-comércio” mostra-se atuante até os dias atuais, constantemente são assinados “tratados de livre-comércio” entre países isolados ou em blocos. Entretanto, como pretende este trabalho, é necessário atentar para os condicionantes presentes tanto no momento da formulação quanto no estabelecimento concreto das relações de trocas entre os países, visto que junto a um conceito teórico habita uma série de interesses ideológicos que precisam ser conhecidos.

3. A TEORIA DE PREBISCH: O PRIMEIRO PERÍODO DA CEPAL

A comissão econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) teve início em 1949, em Santiago no Chile, com o objetivo de funcionar como fonte de informações e análise sobre a realidade econômica e social na América Latina. Entretanto, o órgão das Nações Unidas consagrou-se numa instituição que acabou se transformando em um centro intelectual com enfoque analítico próprio. Muito desse sucesso deve-se a notoriedade de um economista argentino, Raúl Prebisch, juntamente com os demais economistas e sociólogos que a compunham.

O programa do desenvolvimento latino-americano que ele elabora aparece em três documentos publicados entre 1949 e 1951: “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas” (1949); “El estudio de la América Latina” (1949 e 1950); e “Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico” (1951).

Prebisch inicia seu caminho na CEPAL orientado por sua idéia de desenvolvimento, que se manterá em todos os trabalhos posteriores, subordinando as virtudes acadêmicas e estáticas a uma finalidade política, pondo o conhecimento a serviço da transformação e da persuasão.

A importância da obra de Prebisch se dá por sua força explicativa voltada à América Latina, a partir da observação das desigualdades distributivas do progresso técnico entre os países produtores e exportadores de produtos manufaturados e os de produtos primários.

O autor rejeita as teorias clássicas dominantes, fundamentadas na divisão do trabalho, onde, se cada país produzisse aquilo que possui vantagem comparativa e intercambiasse no mercado internacional, os preços se nivelariam para baixo, traduzindo-se em prosperidade ao conjunto da sociedade com justiça distributiva.

A observação analítica mostra que o sistema econômico na periferia funciona de maneira muito diferente dessa concepção. O progresso técnico concentra-se apenas no setor exportador, gerando uma estrutura produtiva com grandes diferenças de produtividade, consolidado privilégios distributivos e uma estrutura social marcada pela extrema desigualdade. Como retrata Prebisch:

“ os benefícios do aumento da produtividade que o progresso técnico dos centros trouxe consigo não se difundiram para o resto do mundo mediante a queda dos preços das manufaturas, e sim manifestaram-se nos mesmos centros com acréscimo da renda, na demanda de bens e serviços, acarretando a acumulação de capital. A demanda de bens primários produzidos pela periferia também avolumou-se neste processo, e o aumento correspondente de renda deslocou-se para os centros na procura de bens manufaturados.”(Prebisch, 1988, p. 206)

Neste contexto, desenvolve-se um conjunto de idéias gerais sobre o subdesenvolvimento, onde se observa o progresso técnico entre os países centrais ou desenvolvidos e a inexistência deste entre os países da periferia ou subdesenvolvidos.

Originando-se do exame crítico do pensamento econômico dominante, as concepções centro-periferia e, particularmente, a de deterioração dos termos de troca, constituem a contribuição teórica de maior importância em Prebisch.

Com base no princípio das vantagens comparativas de Ricardo, o pensamento econômico dominante assegurava que o comércio internacional eliminaria as desigualdades na distribuição da renda, difundindo os benefícios do progresso técnico para as diferentes regiões do mundo. Analisando estes postulados, Prebisch denuncia a existência de um esquema bipolar de intercâmbio, inerente à divisão internacional do trabalho, que concentra o progresso técnico nos países industrializados e atende apenas aos

interesses destes. Esta diferenciação estrutural é resultado da lenta propagação do progresso técnico na periferia e perpetua-se pela divisão internacional do trabalho.

É através destas relações que Prebisch observa a deterioração dos termos de troca, como inerente ao intercâmbio de bens primários de exportação da periferia com bens industriais de importação dos centros, configurando uma limitação objetiva ao crescimento das economias periféricas.

Nos primeiros documentos da CEPAL, o desenvolvimento econômico se expressa no aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho. Observa-se que a produtividade industrial aumenta mais que a primária, a queda na relação de preços implica que as rendas reais médias estarão se diferenciando e, em especial, que a periferia estará crescendo em um ritmo menor que a produtividade do trabalho.

Prebisch analisa a deterioração dos termos de troca através dos ciclos econômicos. Onde as grandes disparidades de renda entre centro e periferia explicam-se pela índole centralizadora do capitalismo avançado à medida que retém o fruto de seu progresso técnico ao longo de sua evolução histórica.

Apesar do maior avanço tecnológico no centro industrial do que na produção primária, a relação dos preços tem piorado para a periferia, contrariando mais uma vez a teoria clássica e evidenciando a tendência contínua para a deterioração dos termos de troca.

Na fase crescente dos ciclos econômicos, tanto os países centrais como os periféricos aumentam suas rendas, especialmente a salarial. No entanto, nos países centrais há uma resistência à baixa dos benefícios na fase decrescente do ciclo, em função do poderio das organizações sindicais, enquanto que na periferia do sistema, os ganhos no crescimento são menores e as perdas no declínio excedem às dos países centrais, pela inexistência de movimentos sindicais, lembrando que a partir de 1964 implantou-se a

ditadura militar no Brasil, que perdurou por mais de vinte anos e impossibilitou os avanços nas condições empregatícias.

“Em síntese, os centros são capazes de estimular incrementos de produtividade muito superiores aos da periferia por seu potencial técnico-científico e de acumulação de capital; se especializam na produção daqueles bens que tem uma demanda crescente em relação com a renda; controlam o dinamismo pela posição de liderança que ocupa a demanda crescente em relação com os primários; possuem uma estrutura econômica-social que favorece a capacidade de retenção por seus agentes econômicos em relação com os da periferia devido a sua maior homogeneidade e diversificação produtivas e superior organização empresarial e sindical, e, finalmente, aplicam medidas diretas para proteger seu nível de renda da competição externa”.(GURRIERI, 1982, p.25/26)

Prebisch atribui a deterioração dos termos de troca, simplificada, à relativa lentidão do crescimento da demanda mundial de produtos primários comparada com a dos produtos industriais e aos baixos salários do setor agrícola.

A partir de 1960, Prebisch deixa a CEPAL e integra-se à Secretaria Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Nesta etapa ele amplia seu método de compreensão da realidade, incorporando as dimensões políticas e sociais à economia, identificando, principalmente, como um problema ao desenvolvimento latino-americano, os privilégios de consumo pela classe de renda alta da sociedade, que debilita o incentivo ao progresso pelo fato de o excedente não ser reinvestido no processo produtivo.

Em “O falso dilema entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária”, publicado em 1961, Prebisch demonstra a concepção dos desenvolvimentistas sobre a inflação, que seria fruto das inconsistências estruturais (alto custo da substituição de

importações, aumento dos preços dos produtos agrícolas e importações) e não reflexos de problemas monetários como recomendava e recomenda até os dias atuais o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo os autores desenvolvimentistas, as políticas de estabilização, através de ajustes fiscais recessivos, acabam por obstruir o desenvolvimento em curso.

O autor interpretava que a insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano deriva do baixo crescimento da renda per-capita de metade da população da região, da regressiva distribuição de renda e conseqüentemente, do consumo.

A interação entre esta estrutura social, caracterizada pela concentração da riqueza, e as formas exageradas de consumo das camadas superiores da sociedade impedem a acumulação de capital destinado aos investimentos.

Nas economias latino-americanas, a técnica concentra-se no setor exportador, permitindo que os grupos mais favorecidos da sociedade assimilem hábitos de consumo característicos das economias centrais. Este é satisfeito, em grande parte, por produtos importados, o que reduz a poupança interna e a disponibilidade de divisas, às quais poderiam ser utilizadas para a importação de bens de capital e tecnologias destinadas ao crescimento futuro da renda interna. Esta estrutura social é acompanhada e consolidada por uma estrutura de distribuição do poder, que se orienta para manter o caráter elitista da sociedade.

Tanto na UNCTAD (início dos anos 60) e na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada no início dos anos 50, Prebisch foi o personagem principal, com ideais relacionados à necessidade de atenuar a vulnerabilidade cíclica dos países periféricos, tentando aplicar mecanismos de intervenção internacional de comum acordo com os países centrais.

Prebisch expõe, então, que os problemas da periferia dependem de uma estratégia global, baseada em responsabilidades conjuntas, através da cooperação internacional em matéria de comércio exterior, financiamento e tecnologia, compreendendo acordos internacionais sobre produtos básicos para aliviar os efeitos da deterioração dos preços, tratamento tarifário preferencial para facilitar a exportação dos países latinos, uma maior ajuda externa por parte dos países da OCDE (1% de seu PIB) e condições favoráveis ao investimento direto externo.

Em Nova Delhi, Prebisch apresentava outro informe, propondo uma estratégia global de desenvolvimento, buscando estender à periferia a nova ordem do comércio internacional, na qual só os países industrializados faziam parte. No entanto, identifica os grandes obstáculos à penetração do progresso técnico nos países periféricos: o déficit crônico da poupança e a tendência persistente ao desequilíbrio externo da periferia. Além disso, constata-se a contínua flutuação das exportações em função da instabilidade dos preços internacionais.

Considera, mais uma vez, que a única forma de eliminar os obstáculos e possibilitar a aceleração do crescimento econômico é a cooperação internacional, e que esta não se tem realizado nem na forma nem na escala necessária para alcançar o objetivo de desenvolvimento expresso, pelo menos teoricamente, pelas Nações Unidas.

3.1 As Formulações do Modelo Hacia Adentro:

Com a depressão de 1929, os países latino americanos foram atingidos por novos problemas em função da contração das exportações. Foram criadas então, medidas de defesa da renda interna. Na verdade mais de defesa contra o desequilíbrio externo do que estímulo à atividade interna. Se produziu, assim, a transição para o novo modelo de desenvolvimento denominado “hacia adentro” (para dentro).

O desequilíbrio externo é enfrentado através da substituição de importações, isto é, o direcionamento da industrialização para o mercado interno.

Em função desta política, alguns países latino-americanos adquirem o status de países semi-industrializados, mas à medida que avançam no processo de industrialização, a necessidade de importação alcança uma importância qualitativa, dada a limitada capacidade interna de inovar e incorporar tecnologias avançadas.

Para resolver os problemas de interação entre os países periféricos Prebisch sugere a formação de agrupamentos entre os países latino-americanos para ampliar o espaço econômico e acentuar a concorrência, a fim de aumentar a produtividade.

Porém, esse aumento de produtividade não significa que se aumente de forma paralela e automática a renda de um país. É preciso desviar o consumo exagerado e supérfluo dos grupos de alta renda, criando, dessa forma, poupança e investimentos que absorvam a crescente oferta de mão-de-obra na região.

Em linhas gerais, para Prebisch, a política comercial, a cooperação financeira internacional e a política interna de desenvolvimento são componentes essenciais para uma estratégia global de desenvolvimento, tendo, a taxa de crescimento, importância decisiva na superação da estratificação social.

A partir de 1976, Prebisch inicia sua fase na direção da revista da CEPAL, foi o período mais longo e fecundo de sua trajetória intelectual. Realiza um exame crítico de suas antigas concepções teóricas, publicando uma série de artigos que acabaram por compor o seu livro “Capitalismo Periférico. Crise e Transformação”, publicado em 1981, onde se aproxima do socialismo, reconhecendo que no sistema prevalecente, a América Latina não superará seu atraso econômico.

Nesta obra o autor desenvolveu uma crítica muito mais aberta e radical ao capitalismo periférico e à sociedade privilegiada de consumo gerada por ele. A via capitalista atual de desenvolvimento na América Latina é inapta para a superação do desenvolvimento, especialmente na superação dos problemas sociais das massas populares.

As transformações na periferia foram mínimas no curso do capitalismo, aumentando as assimetrias em relação aos países centrais.

Nesta última obra, Prebisch passa a preocupar-se com os interesses do capital produtivo e a manifestar um profundo ceticismo em relação às perspectivas do capitalismo periférico.

A industrialização na periferia ocorre com grande atraso e apenas se desenvolveu nos períodos de crise nos países centrais. Prebisch define como um processo de irradiação e propagação de técnicas, modalidades de consumo e demais formas culturais, idéias, ideologias e instituições, quando instituídas em uma estrutura social fundamentalmente diferente, acabando por resultar em grandes falhas internas no capitalismo periférico.

O crescimento da imitação dos padrões de consumo dos países centrais, por parte dos setores de alta e média renda, é anormal e incompatível com o processo de acumulação de capital, que é necessário para o processo de desenvolvimento.

O avanço tecnológico centrou-se em alguns setores da economia, sobretudo nos setores de exportação. Daí explica-se as diferenças muito importantes de produtividade e de renda dentro da economia e dentro da sociedade.

3.2 OS RUMOS DO EXCEDENTE ECONÔMICO.

O excedente origina-se nos aumentos de produtividade (técnicas de produção mais eficientes), exercendo uma importância dinâmica decisiva na teoria de Prebisch, pois representa a principal fonte de capital reprodutivo, responsável pela multiplicação do emprego e da produtividade. No entanto, nos países periféricos, esses não são transferidos aos salários e nem aos consumidores através da queda nos preços.

Segundo Prebisch, o excedente econômico não é incorporado ao salário devido à concorrência da grande massa de desempregados, ou dos que estão empregados em atividades de produtividade e renda muito menor. Esse quadro se torna ainda mais adverso se observarmos as altas taxas de crescimento demográfico e os avanços tecnológicos que cada vez mais substitui o trabalhador.

“Estas são as razões básicas pelas quais, no capitalismo periférico, não se cumprem as esperanças neoclássicas de alcançar uma distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento, isto é, uma distribuição de acordo com os seguimentos da produtividade” (GURRIERI, 1982, p.84)

A apropriação e divisão do excedente dependem do poder que possuem cada um dos estratos sociais, gerando, assim, uma sociedade privilegiada de consumo, onde se é desperdiçado parte considerável do potencial de acumulação de capital, que já é dilapidado pelas empresas transnacionais, que, em função de sua superioridade técnica e econômica, transferem parte da renda para os países centrais.

Prebisch julga ser nociva essa sociedade privilegiada de consumo, à medida que promove uma diversificação prematura da demanda com efeitos sociais adversos.

O excedente econômico acaba por ser alvo de disputas pelos diferentes estratos sociais, sendo pressionado de um lado pela força de trabalho, que, ao longo do processo de democratização, adquire poder sindical e político, e as empresas de outro, objetivando constantemente o aumento de suas margens de lucro. A intensidade dessa pressão tende a refletir-se na acumulação de capital e consumo privilegiado das elites, levando o sistema a um impasse. Observa-se, com efeito, que o resultado é a reação empresarial que aumenta os preços para restabelecer a dinâmica do excedente. Diante disto, há uma reação dos trabalhadores, exigindo aumentos em sua remuneração.

Apesar de os avanços democráticos melhorarem parcialmente os ganhos reais da classe trabalhadora, existe um limite que não pode ser ultrapassado, pois colocaria em risco o papel dinâmico do excedente econômico.

Para Prebisch, o principal entrave ao processo de desenvolvimento é o desvio do excedente econômico para o consumo conspícuo, em detrimento do capital reprodutivo que multiplica o emprego. Prebisch explica que essa tendência conflituosa do capitalismo periférico não pode ser corrigida pelas leis de mercado ou com instrumentos de política monetária.

Qualquer pressão redistributiva conduzirá à crise do sistema, já que é indispensável que o excedente cresça incessantemente, em função de ser fonte primordial de acumulação de capital.

Historicamente, os frutos da produtividade permanecem em sua maior parte nos países desenvolvidos, deixando a periferia à margem do processo de industrialização, isso devido a vários fatores. Prebisch enfatiza que a política comercial liberal dos centros aplica-se somente aos bens onde a periferia tem atraso tecnológico. Na comercialização

dos bens competitivos, essa postura liberal inexistente. É importante salientar também, a posição hegemônica que os centros exercem sobre a periferia através da expansão das empresas transnacionais.

Nota-se que o capitalismo periférico promove a concentração do poder econômico, que traz consigo a concentração do poder político nas mãos da categoria social privilegiada.

A transformação do sistema, que Prebisch passa a defender na fase final de sua trajetória intelectual, exige um conjunto de mudanças institucionais como a regulação estatal da acumulação, a distribuição da renda e a assimilação do excedente, adotando critérios de racionalidade social.

Constitui-se numa espécie de síntese entre o socialismo e o liberalismo, uma versão do socialismo baseada na liberdade do indivíduo e em novas formas de convivência social. O estado seria responsável pelo emprego democrático do excedente a fim de acumular com mais intensidade e distribuir equitativamente os frutos do progresso técnico. Trata-se de um uso do excedente que responda aos interesses da cumulatividade dentro de mecanismos de planificação democrática.

Esse pensamento representa o desenvolvimento de concepções alternativas no pensamento econômico não-marxista latino-americano. Prebisch sempre reconheceu a incapacidade do pensamento neoclássico, especialmente o da escola de Chicago, que não dá o devido valor ao excedente econômico, em torno do qual giram os traços básicos do sistema.

4. MARINI E O DEBATE SOBRE A DEPENDÊNCIA

No período de vigência das considerações teóricas da CEPAL de luta antiimperialista e em conformidade com a burguesia nacional, o brasileiro Rui Mauro Marini, expõe uma visão crítica retomando o pensamento de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo, incluindo ainda a crítica formulada por André Guder Frank, que abriu a teoria marxista da dependência, da qual Rui Mauro se tornou o principal representante. Fiel à concepção marxista, estabelece como pauta de sua obra a formação do capitalismo dependente, analisando “da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isto acarreta sobre a organização interna do trabalho para voltar então a recolocar o problema da circulação.”(MARINI, 2000, p. 131)

Ao criticar a concepção cepalina de superação da condição periférica no sistema capitalista mundial, Marini pretende fornecer instrumentos analíticos para a compreensão da trajetória e dos dilemas da América Latina e do Brasil, utilizando instrumentos essenciais de análise e de transformação social, àqueles que buscam alternativas de superação do sistema capitalista.

A escolha da análise dos fundamentos teóricos desse autor se deu devido à notoriedade de sua interpretação do capitalismo periférico em toda a América Latina, articulando o caráter dependente das nossas economias com a superexploração dos trabalhadores.

A teoria de Marini fundamenta-se na teoria objetiva do valor, formulada por David Ricardo e já referida neste trabalho, abordando e esclarecendo aspectos não explicados pelas teorias tradicionais, que acabaram por gerar um desenvolvimento cada vez mais desigual e combinado, levando a desarticulações econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

Marini inicia sua explanação sobre a dependência ponderando, dentro do marxismo, os enfoques metodológicos e teóricos a que incorrem a maioria dos autores, destacando dois tipos de desvios: ou se substitui o fato concreto pelo conceito abstrato ou se adultera o conceito em nome de uma realidade que não se subjugava à sua formulação pura. Sua teoria vai além do diagnóstico realizado pelas várias interpretações dos problemas enfrentados pela América Latina.

Marini ressalta que, em relação ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana, mais do que apresentar “insuficiências” ou “deformações”, como parte de uma estrutura global, nunca se desenvolverá da mesma forma que as economias consideradas avançadas.

“É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo ‘sui generis’, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional”.(MARINI, 2000, p.106)

Esta, por si só, já representa uma particularidade da teoria de Marini frente aos objetivos cepalinos de avanço técnico e a acumulação como alternativa para superar a condição de economia “periférica”.

Fiel à metodologia marxista, Marini parte da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o moderno capitalismo industrial, para se conhecer analiticamente as tendências que desencadearam tal industrialização.

A América Latina se desenvolve em consonância com a dinâmica do capitalismo nascente, através da expansão comercial do século XVI. “A grande indústria criou o mercado mundial já preparado pela descoberta da América.”(MARX e ENGELS, 1987, p.21)

Exportadora de metais preciosos e gêneros alimentícios, a América Latina contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de

pagamento, o que permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, abrindo caminho para a criação da grande indústria.

A Revolução Industrial na Inglaterra coincide com a independência dos países da América Latina, que devido a um jogo de forças fez surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa consolidada durante a colônia, um conjunto de países que se articulavam diretamente com a metrópole inglesa, ignorando-se uns aos outros. Para os países periféricos, esse intercâmbio representou a produção e exportação de bens primários, em função do requerimento da metrópole, em troca de produtos manufaturados.

Como observa (MARINI, 2000, p.111), à função determinada aos países latino-americanos de criar uma oferta de alimentos, logo se soma à formação de um mercado de matérias-primas industriais.

Quando as importações, a partir de um momento, superavam as exportações, os países latino-americanos eram obrigados a buscar estes recursos no exterior, dando origem à dívida. No momento em que o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, estes são transferidos às metrópoles.

O desenvolvimento da grande indústria deve-se, em grande parte, à descoberta de metais preciosos e sobretudo do ouro brasileiro, coincidindo com o auge da manufatura inglesa. Durante o século XIX é que se estabelece em bases sólidas a divisão internacional do trabalho, na qual a América Latina disponibiliza bens agrícolas, fundamentais à especialização e ao desenvolvimento da atividade especificamente industrial na Inglaterra.

“Uma produtividade do trabalho agrícola que supere as necessidades individuais do operário constitui a base de toda a sociedade e, sobretudo, a base da produção capitalista, que separa uma parte cada vez maior da sociedade da produção de meios diretos de subsistência e a converte, como diz Steuart, em *free head*, em homens disponíveis para a exploração de outras esferas”(MARX, *Apud*. MARINI, 2000, p.111)

O papel exercido pela América Latina vai além da transferência física de recursos para os países industriais, contribui, também, para a transferência do eixo de acumulação na economia industrial, deslocando a acumulação de mais valia absoluta à mais-valia relativa, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas nestes países, passam a depender mais da produtividade do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalho. Já a América Latina, que permite essa mudança qualitativa nos países centrais, realiza sua acumulação com base na maior exploração do trabalhador.

“... é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.”(Marini, 2000, p.109)

É a partir desta particularidade contraditória que Rui Mauro desenvolve toda a sua teoria de dependência. Sua análise parte da teoria objetiva de valor marxista, onde este é estabelecido mediante a quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado na mercadoria

Deve-se observar que o conceito de mais-valia corresponde à definição de lucro de Ricardo. Esta só se eleva mediante a redução dos preços dos bens de subsistência ao trabalhador, que compõe o seu salário. Como já referido anteriormente, a oferta de produtos alimentícios aliado à depressão dos preços dos produtos primários, possibilitam aos países industriais reduzirem o valor do salário dos trabalhadores, aumentando, dessa forma, sua mais-valia.

Um aumento na produtividade do trabalho pode condicionar a uma nação a redução dos custos de produção em relação a seus concorrentes internacionais, o que não significa, necessariamente, uma redução proporcional no preço de mercado, ou no valor de troca de

tal mercadoria. Contrariando a teoria ricardiana, esses capitalistas tomam posse de uma mais valia extraordinária, enquanto produzem com custos abaixo do estabelecido pelo conjunto dos produtores.

O aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas foi acompanhado do declínio dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas, constituindo-se mais um fator responsável pela deterioração dos termos de troca, o que nos faz refletir sobre as razões desse fenômeno e o motivo pelo qual isso não se traduziu num desestímulo à incorporação da América Latina à economia internacional.

“Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala”(MARINI, 2000, p.118)

Marini coloca, então, que o mecanismo de compensação de perdas a nível de mercado é de fato um mecanismo que opera no nível da produção interna, transferindo a mais-valia do capitalista, que opera na nação desfavorecida, gerado não pela maior produtividade do trabalho e sim pela sua superexploração, fazendo aumentar a mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais, implicando efeitos opostos entre estes países.

“De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações fracas se torna supérfluo e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e ampliam o atraso e a debilidade dessas nações.”(MARINI, 2000, p. 119)

Vimos que a compensação da perda de valor se realiza através da maior exploração do trabalhador, e esta pode se dar de três formas e comumente no conjunto das três: a maior intensidade do trabalho conseguida através de uma maior exploração do trabalho e

não de sua capacidade produtiva. O aumento da jornada de trabalho, isto é, o aumento da mais-valia absoluta, que aumenta o tempo de trabalho excedente e, por último, um procedimento que reduz o consumo do operário além do seu limite.

O conjunto desses mecanismos, facilitados devido às circunstâncias das atividades produtivas nos países latino-americanos, baseados no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, proporciona o aumento da mais-valia e dos lucros sem a aplicação de um único capital adicional no processo produtivo, o que acaba por negar ao trabalhador as condições necessárias à recuperação do seu desgaste físico e mental. O trabalho é remunerado abaixo de seu valor, o que corresponde, então, à superexploração do trabalho.

A América Latina nasceu e se desenvolve para atender às exigências da acumulação capitalista. A produção, nestes países, não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo. Constitui-se na separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital, a produção e circulação de mercadorias. O consumo individual dos trabalhadores representa um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, entretanto, na economia exportadora da América Latina, como a circulação se separa da produção e se efetua no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não é relevante.

O excesso de mão-de-obra indígena, juntamente com os fluxos migratórios europeus, provocado, em parte, pelo progresso tecnológico na Europa, faz com que não houvesse uma preocupação com as condições de consumo do trabalhador, dificultando a reprodução destes, pois sua substituição é facilitada mediante a incorporação de novos trabalhadores no processo de produção.

Como observa Marx: “A organização do processo capitalista de produção já desenvolvido vence todas as resistências, a existência constante de uma superpopulação relativa mantém a lei de oferta e procura de trabalho em concordância com as necessidades de exploração do capital e a pressão surda das condições econômicas sela o poder de mando do capitalista sobre o operário.”(MARX, Apud. MARINI, 2000 p. 119)

A reprodução do trabalho abaixo de seu valor, então, dá origem a uma estratificação do mercado interno, subdividindo-se em esfera “baixa” de circulação, em que participam os trabalhadores, restringidos permanentemente pelo sistema capitalista, e a esfera “alta”, composta por uma minoria consumidora de produtos manufaturados europeus.

No curso do desenvolvimento do capitalismo, a América Latina ingressa na etapa da industrialização. Porém, esse processo de industrialização, efetuando-se no seio da economia exportadora, não se configurou numa verdadeira economia industrial, que contribuísse para uma mudança qualitativa no seu desenvolvimento econômico. Pelo contrário, a indústria seguiu subordinada à produção e exportação de bens primários.

Foi somente no período entre-guerras, com o surgimento de barreiras que impossibilitaram o comércio exterior, que se inicia a moderna economia industrial no Brasil, voltada para o mercado interno. Parecia que o movimento para fora das economias dependentes começava a corrigir-se, orientando-se no mesmo sentido das economias industriais clássicas. Foi sobre esse contexto que surgiram as correntes de pensamento denominadas desenvolvimentistas, como a de Prebish, já exposta neste trabalho, onde se supunha que os problemas econômicos e sociais nos países latino-americanos eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer.

O argumento utilizado por Marini, para diferenciar essa industrialização entre os países latino-americanos e os de economia industrial tradicional, é o de que nos países industriais há uma demanda generalizada de todos os tipos de produtos. A partir da segunda metade do século passado, houve um aumento nos salários reais, pelo fato de ter-se conseguido baixar os preços dos alimentos e redistribuir, entre a população, o excedente subtraído das nações dependentes. Isso ampliou o consumo individual do trabalhador ajudando a contrapor, nos países centrais, a tendência desarticuladora que atua no plano da circulação capitalista. (MARINI, 2000, p. 139)

Nestes países não há uma ruptura entre a produção e a circulação. Por outro lado, nos países dependentes, a compressão permanente que a economia exportadora exerce sobre o consumo individual do trabalhador só permitiu uma industrialização fraca, que só avançava, qualitativamente, quando havia algum impedimento ao acesso no comércio internacional, por determinadas práticas externas.

“A industrialização não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados”.(Marini, 2000, p. 140)

À medida que avança a industrialização latino-americana, altera-se a composição de suas importações, substituindo, parcial e gradativamente, os bens de consumo por matérias-primas, produtos semi-elaborados e maquinaria destinados à indústria. A nova configuração que assume a economia internacional capitalista no pós-guerra, através da concentração de capital em escala mundial, possibilita às grandes corporações uma abundância de recursos que rumam para a periferia do sistema, preferencialmente, naquele momento, no setor industrial.

Paralelamente, verifica-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital das economias centrais, surgindo dessa forma o interesse em impulsionar nos países periféricos o processo de industrialização, com o objetivo claro de criar mercado para sua indústria pesada.

Cabe notar uma particularidade desse processo, pois à medida que se dá esse progresso tecnológico, reduz-se o prazo de reposição do capital fixo praticamente pela metade, segundo o autor, nos países centrais, configurando-se a necessidade de exportar para a periferia essas máquinas equipamentos que já se tornaram obsoletos.

Esse mecanismo corresponde, assim, a:

“... uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que corresponde a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generaliza-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço), reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção e computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a nuclear, etc)” (MARINI, 2000, p.145).

Configura-se numa hierarquização da economia capitalista, através de uma redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida a partir do início do século XX.

O progresso técnico que incide nos processos produtivos dos países periféricos, baseada na maior exploração dos trabalhadores, torna possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, aumentando a produtividade e simultaneamente mantendo sua remuneração inferior ao seu valor real.

Essa absorção tecnológica, nas condições de superexploração do trabalho acarreta em inevitável restrição do mercado interno, o que impossibilita a ampliação da esfera “alta” de consumo. Não podendo estender aos trabalhadores a demanda de produtos

suntuários e orientando-se à compressão salarial, a economia industrial dependente se restringiu aos capitalistas e às camadas médias e altas a realização desse tipo de consumo.

Diante deste quadro, e a partir de meados de 1960, surge a necessidade de se expandir para o exterior, como salvação para uma economia incapaz de superar as desarticulações que a afetam. Se assiste em toda América Latina a ressurreição do modelo da velha economia exportadora. A observação do conjunto desses fatores levam a considerações de que esse não é um fenômeno especificamente brasileiro e que não corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente e sim a uma forma particular que se desenvolve no capitalismo das nações dependentes.

Marini não despreza a importância do período colonial como fundamental para a expansão dos meios de pagamento na Europa, em função da transferência de metais preciosos das colônias às metrópoles, bem como salienta a importância da regime de produção escravista na determinação da atual economia de alguns países como o Brasil. No entanto, afirma, conforme se observa em Marx, que no momento da maturidade do setor industrial é que se estabelecem plenamente as características intrínsecas ao desenvolvimento, que representam as formas gerais que regem o sistema capitalista como um todo.

A partir desse momento, ou seja, do desenvolvimento industrial das economias dependentes, deslocam-se os problemas de realização de capital da forma subordinada que se situavam em relação às nações industriais, para o seio da própria economia interna, em seu ciclo de capital.

O debate em torno da “Dialética da Dependência”, obra publicada originalmente em 1967, que serviu de base nesta etapa do trabalho por representar a concepção marxista sobre os problemas referentes ao comércio internacional, foi publicada no Brasil somente no ano de 2000, motivo pelo qual esse autor brasileiro permanece ainda desconhecido da

grande maioria dos estudantes. Esta obra, conforme explicação do próprio autor, pretende ser uma introdução à essa temática da dependência e das linhas gerais que a cercam, suscetíveis talvez de contribuir aos que pretendem estudar a dinâmica do capitalismo dependente.

5. CONCLUSÃO

Na evolução das formulações teóricas, em relação ao comércio internacional, partimos da análise das concepções mercantilistas frente ao comércio internacional. No entanto, são as formulações da escola clássica, através de David Ricardo que adquirem maior relevância neste tema, por estabelecer um novo ponto de partida para o desenvolvimento teórico.

As formulações de Ricardo sobre o comércio exterior apresentou uma série de conceitos e uma mudança significativa em relação às teorias vigentes na época, enfatizando o benefício mútuo que o livre comércio proporcionaria à todos os países envolvidos no comércio externo.

O conceito de maior relevância na teoria de Ricardo são as vantagens comparativas, a qual estabelece que a comercialização entre os países que produzem aquilo que possui maior vantagem de custo em relação aos outros, traria benefícios mútuos aos países envolvidos. Ricardo mostra como o avanço nas maquinarias é importante no aumento da produtividade, ou seja, as melhorias das máquinas envolvidas na produção amplia o número de produtos acabados com a mesma quantidade de trabalho envolvida. A consequência desse ganho de produtividade seria transferido à sociedade como um todo, através da redução geral dos preços. Entretanto, o próprio Ricardo afirma no decorrer dos “Princípios de Economia Política e Tributação” que diferentes possibilidades de composição do capital em circulante e variável, podem, efetivamente, significar ganhos assimétricos entre as nações.

Essa suspeita de Ricardo foi confirmada por Raúl Prebisch, que desenvolve toda uma teoria sobre a condição de subdesenvolvimento da América Latina, considerando-o como um conjunto de relações econômicas entre países centrais e periféricos.

Diferentemente de Ricardo, que elabora sua teoria no âmbito da circulação das mercadorias, Prebisch elabora seu estudo sobre o subdesenvolvimento com base na produção, onde deflagra a existência de uma tendência sistemática à “Deterioração dos Termos de Troca” nos países exportadores de matérias-primas. Segundo o autor, essa deterioração ocorre devido à evolução tecnológica mais rápida nos países centrais; à diminuição da proporção de matéria-prima na composição do produto final em função do avanço tecnológico; à relativa lentidão do crescimento da demanda mundial de produtos primários, comparada aos produtos industriais; e ainda pelos baixos salários praticados no setor agrícola.

Além da deterioração dos termos de troca, outra categoria importante na formulação estruturalista de Prebisch é a existência e os rumos do excedente econômico, pois este possui uma importância dinâmica decisiva, sendo a principal fonte de capital reprodutivo, responsável também pela multiplicação do emprego e da produtividade. No entanto, nos países periféricos, esses não são transferidos aos salários e nem aos consumidores através da queda nos preços.

Nos países periféricos, o excedente econômico acaba se concentrando nas mãos de uma pequena parcela da população, que os utiliza, em geral, para o consumo de artigos de luxo, deixando assim de ser reinvestidos no processo produtivo.

No decorrer de sua trajetória intelectual, Prebisch prossegue propagando e ao mesmo tempo reformulando seus conceitos, apresentando, finalmente, um certo ceticismo quanto à superação dos problemas de distribuição no capitalismo subdesenvolvido.

A obra de Prebisch possui importância fundamental na história do pensamento econômico latino-americano, devido ao avanço significativo no diagnóstico dos problemas estruturais vigentes nas economias periféricas, principalmente em suas considerações sobre a deterioração dos termos de troca.

O próximo autor analisado é Ruy Mauro Marini, especificamente seu ensaio sobre a “Dialética da Dependência”. Marini parte da concepção marxista e assim como Prebisch, trata a condição dependente da América Latina no âmbito da produção, no entanto, esse vai ainda mais fundo em sua análise, estabelecendo categorias que exemplificam, categoricamente, a forma dependente dos países latinos interagirem com os países centrais. A base da teoria de Marini fundamenta-se na superexploração dos trabalhadores. Essa superexploração funciona como um mecanismo de compensação de perdas utilizados pelos possuidores dos meios de produção nas economias dependentes para fazer frente às perdas reais estabelecidas no comércio internacional com os países centrais.

A teoria da dependência de Marini estabelece as ligações entre os diversos fenômenos que acabam impossibilitando que o desenvolvimento do capitalismo periférico se de da mesma forma que ocorreu nos países centrais. Marini especifica o capitalismo das economias latino-americanas, como parte de uma estrutura global, desenvolvendo-se em consonância com ele a partir da expansão comercial do século XVI.

O ouro e a prata da América Latina contribuíram em grande medida para a expansão dos meios de pagamento na Europa, o que acabou influenciando no desenvolvimento e evolução da indústria. Em consonância com a demanda externa, a América Latina se incumbe de criar uma oferta de alimentos, e num segundo momento participa da formação de um mercado de matérias primas industriais.

Conforme Prebisch já havia percebido, esse intercâmbio acarreta em perdas aos países periféricos. No entanto, Marini desmembra mais detalhadamente esse processo e afirma que além da transferência física de recursos, os países latino-americanos contribuem também para o deslocamento do eixo de acumulação nos países centrais, passando da exploração da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, dito em outras palavras, nos países centrais, a acumulação passa a depender mais da produtividade do trabalho, que é

conseguida pela introdução de novas tecnologias no processo de produção, por sua vez, o investimento necessário à evolução dos melhoramentos técnicos só foi possível à medida que pode-se elevar a taxa de lucros e a acumulação nas indústrias dos países centrais.

Essa acumulação industrial se deu devido a alguns fatores, tais como: o aumento da oferta mundial de alimentos foi acompanhada do declínio de seus preços em relação aos produtos industrializados; como já foi dito nesse trabalho em vários momentos, a oferta de produtos alimentícios a preços reduzidos permite aos países centrais aumentar a acumulação de capital no centro do sistema.

Como forma de compensação desse mecanismo, os capitalistas dos países periféricos, que não conseguem competir com os capitalistas dos países centrais pelas precárias condições técnicas de seu processo produtivo, acabam por superexplorar o trabalhador, que pode se realizar de três formas, ou no conjunto delas: aumentando sua jornada de trabalho, ou seja, a maior exploração da mais-valia absoluta; aumentando a intensidade do mesmo através de sua maior exploração; ou ainda, reduzindo o nível de consumo do trabalhador além do limite mínimo de subsistência e reprodução de suas capacidades físicas e intelectuais.

Nessas condições, verifica-se a inexistência de um mercado interno consumidor, estabelece-se, então, duas esferas de consumo, uma alta, representada pela extrema minoria da população, que pode consumir produtos de luxo e uma esfera baixa de consumo, representado pela imensa maioria da população, sujeita ao mínimo consumo necessário à sobrevivência.

Para finalizar as exposições de Marini, resta apontar a dinâmica do ciclo do capital nos países periféricos, visto que observada essa condição de inexistência de um mercado interno, o ciclo do capital fecha “fora” (no mercado consumidor de outros países), a

solução encontrada pelos defensores da política neoliberal são as exportações, essas são tidas como fundamentais para a sustentação e o crescimento da economia.

Pode-se concluir, com base na análise das teorias econômicas sobre o comércio exterior, que a imposição ideológica do neoliberalismo discursa num sentido oposto aos fundamentos teóricos observados. A ciência encaminha-se à verdade tendo as “leis” como seu universo, já a ideologia fundamenta-se em valores e como tais, estão ligados a grupos de interesse, geralmente ao grupo dominante, que tem muitos mecanismos de preservação de seus interesses, desde o domínio do Estado até a posse de instrumentos menores, mas extremamente eficazes de persuasão, como rádio, televisão, jornal e outras instituições. O perigo da ideologia é que esta se apresenta sobre a roupagem da ciência, tentando justificar seus interesses através das verdades estabelecidas cientificamente.

Toda organização social precisa legitimar-se, é preciso justificar-se diante de seus membros para que sobreviva. A ideologia, como um conjunto de normas, valores, símbolos, idéias e políticas sociais, procuram justificar os interesses de grupos específicos da sociedade.

A magnificação das exportações observadas atualmente é um exemplo da atuação ideológica presente nos meios de comunicação e nas diferentes instituições políticas. Entretanto, David Ricardo, o formulador da teoria do livre-comércio, já admitia a possibilidade de perdas no comércio internacional. Raúl Prebisch e Rui Mauro Marini se dedicam, através da investigação científica, à constatação de como se opera na América Latina esse processo de perdas e ganhos no comércio internacional, mostrando a importante distinção entre o discurso teórico e as práticas estabelecidas segundo interesses de grupos específicos da sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996. 393p.

CEPAL, Dados Estatísticos. Disponível em: <http://www.cepal.org/estadisticas/>. Acesso em: 06 de maio de 2004.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. 3ª ed. Editora Perspectiva. São Paulo. Editora Perspectiva.,1969, 116p.

GURRIERI, Adolfo. La economía política de Raúl Prebisch. In: **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Económica, 2v. v.1, p.5-98, 1982.

HOBSBAWM, E.J. *Apud*. SINGER, Paul. In: RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Coleção Os Economistas, Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Livro 3: O processo global de produção capitalista. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991. v. V. 701 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas filosóficas e O Manifesto Comunista de 1848**. São Paulo: Ed. Moraes, 1987. 151p

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Editora Vozes: 2000. 295 p.

PREBISCH, Raul. **Dinamica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

PREBISCH, Raul. **Transformacao e desenvolvimento; a grande tarefa da América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973. 319p.

_____. Dependência, interdependência y desarrollo. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile: ONU, n.34,p 205-212, abr.1988.

_____. Hacia una estrategia global Del desarrollo. In: **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Economica, 1982, 2v. v.2, p. 358-422.

_____. Nueva política comercial para el desarrollo In: GURRIERI, Adolfo. **La obra de Prebisch en la CEPAL**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1982, 2v. v.2, p. 228-357.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Coleção Os Economistas, Abril Cultural, 1982.

RODRÍGUES, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento latino-americano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Florence-Universitária, 1981.345p.

SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. 377p.